



**Trabalho**

Ministério do Trabalho e Emprego



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO**

**FISCALIZAÇÃO DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**

## **RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**

**LOCAL: FAZENDA CURUZU - ESTRADA CAJAZEIRAS NO**  
**DEZESSETE, 41Km Adentro - MUNICÍPIO: CODÓ/MA.**  
**Coordenadas geodésicas - S 4.8640° O 43.94664°**

**PROPRIETÁRIOS:**

**CPF n. 1**

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: AV.**

**PERÍODO: 08/10/2015 a 16/10/2015**

Op. 117/2015

## **01 - DA COMPOSIÇÃO DA EQUIPE:**

### **1.1- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO MARANHÃO**

#### **AUDITOR FISCAL DO TRABALHO:**

#### **MOTORISTA OFICIAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO**

### **1.2 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADOR DO TRABALHO**

### **1.3 - POLICIAIS FEDERAIS LOTADOS EM CAXIAS-MA**

#### **AGENTE**

## **02 - DA DENÚNCIA**

Fiscalização realizada em caráter de urgência atendendo a denúncia feita, junto a Delegacia da POLÍCIA FEDERAL em Caxias/MA, por trabalhador que preferiu não se identificar com receio de represálias, relatando que haveria 07 (sete) empregados trabalhando no roço de juquirá e serviços gerais na fazenda CURUZU, no povoado CURUZU, Zona Rural de Codó/MA. Todos os trabalhadores estariam sem carteira de trabalho assinada; alojados sem quaisquer condições de higiene, compartilhando espaço com cachorros, porcos e gatos; bebendo e utilizando água retirada de um açude imundo sem qualquer tratamento ou filtragem; tomando banho no mesmo açude e alimentando-se basicamente de café simples com farinha e almoço e jantar à base apenas de arroz e feijão. Referidos empregados não vinham recebendo salários, conforme combinado inicialmente com o gerente da fazenda, conhecido por [REDACTED] o qual usaria arma de fogo. Os trabalhadores não teriam recebido nenhum tipo de equipamento de proteção individual e nem material para prestação de primeiros socorros.

### **03 - DO DENUNCIADO**

**FAZENDA CURUZU e seus proprietários.**

### **04 - DA ATIVIDADE ECONÔMICA DESENVOLVIDA**

Trata-se de propriedade rural com atividade direcionada primordialmente à pecuária (gado de corte)

### **05 - DOS FATOS**

No dia 09 de outubro de 2015, por volta das 10:00 horas, a fiscalização de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho no Estado do Maranhão chegou à fazenda acima apontada dirigindo-se aos alojamentos dos empregados do roço de juquirá e serviços gerais. Referidos alojamentos tratam-se de construção de alvenaria sem qualquer higiene e precárias condições de habitação. Foram encontradas roupas e redes imundas dependuradas dentro dos alojamentos. (fotos anexas). Todos empregados alojados estavam submetidos as mesmas condições degradantes de trabalho.

A fiscalização constatou ainda, naquela oportunidade, que a água utilizada e consumida pelos empregados era retirada de um açude imundo, cercado de fezes de gado e consumida sem qualquer tratamento ou filtragem. A água não passava por qualquer tratamento (não havia filtros no local). Os empregados declaram que tomavam banho no açude, o qual, segundo declararam, também era utilizada pelos animais da fazenda. (fotos anexas).

Ao entrevistar os empregados a fiscalização constatou de que os mesmos encontravam-se sem CTPS assinada; que não recebiam qualquer equipamento de proteção para trabalharem; que a alimentação era precária ; que os banheiro dos alojamentos estavam imprestáveis e as necessidades fisiológicas eram feitas no mato; que pelo menos quatro empregados resgatados eram oriundos do Município de Codó-MA, que fica a mais de 50 km de distância da fazenda.

Restou patente ao Grupo Fiscal que todas as irregularidades e ilegalidades acima constatadas no estabelecimento rural fiscalizado se constituíram com total desrespeito a condições mínimas de dignidade da pessoa humana, distanciando-se da função social da propriedade e ferindo assim, além dos interesses dos trabalhadores atingidos, também o interesse público.



Após proceder as entrevistas, oitiva e identificação dos trabalhadores, o Grupo Fiscal efetivou a NOTIFICAÇÃO do estabelecimento na pessoa do gerente da fazenda Sr. [REDACTED] após contato telefônico com uma procuradora do proprietário Sra. [REDACTED] residente na Av. [REDACTED] ficou acordado que seriam tomadas pelo empregador, providências no sentido de serem apresentados todos os trabalhadores, no dia 13.10.2015, às 08:00h, na Procuradoria do Ministério Público do Trabalho da cidade de CAXIAS/MA, além de toda documentação da propriedade Rural sujeita à fiscalização trabalhista, inclusive, os termos de rescisão do contrato de trabalho dos 06 (seis) empregados encontrados em condições de trabalho degradante naquele estabelecimento rural.

A partir daí, O gerente e a representante da fazenda Sra. [REDACTED] se comprometeram a tomar providências para manter o fornecimento de alimentação para os empregados até o dia do pagamento das verbas rescisórias; a viabilizar a retirada dos documentos (CTPS) dos trabalhadores que não a possuíam e a apresentar todos os empregados no Ministério Público do Trabalho na cidade de Caxias/MA, na data acima apontada, para efetivação do pagamento das indenizações trabalhistas.

No dia 12 de outubro/2015, a Sra. [REDACTED] entrou em contato telefônico com o Grupo Fiscal solicitando prorrogação para apresentação dos empregados para o dia 14 de outubro o que foi deferido pelo Auditor do Ministério do Trabalho que participou das incursões à fazenda fiscalizada.

A fiscalização alertou ainda ao representante da fazenda, que todas as despesas deveriam correr por conta dos responsáveis pelo estabelecimento fiscalizado e que nada poderia ser descontado dos empregados.

**Os empregados encontrados trabalhando submetido a condições degradantes na fazenda fiscalizada foram:**

1. [REDACTED]
2. [REDACTED]
3. [REDACTED]
4. [REDACTED]
5. [REDACTED]
6. [REDACTED]

**(Depoimentos e formulários de seguro desemprego em anexo)**

No dia 14 de OUTUBRO de 2015, os empregados encontrados trabalhando em condições degradantes no estabelecimento rural fiscalizado, compareceram na Procuradoria do Ministério Público do Trabalho em Caxias/MA onde receberam as indenizações trabalhistas a que tinham direito, sendo emitidos pelo Grupo de Fiscalização, o requerimento do seguro desemprego para os trabalhadores resgatados.

Os empregados foram alertados, como é de praxe, para evitarem, de todas as formas, qualquer atividade trabalhista que os levassem a, novamente, tornarem-se vítimas do trabalho degradante e submeterem-se a atos ilegais de empregadores, que insistem em negarem os direitos de empregados rurais como cidadãos. Todos os empregados foram orientados também a denunciarem de imediato ao órgão competente, qualquer tentativa de aliciamento para atividade laboral em situação deplorável, idêntica a que foram encontrados.

Diante do exposto encaminho o presente relato à apreciação de Vossa Senhoria, Senhor Superintendente Regional do Ministério do Trabalho no Maranhão, para dar conhecimento dos fatos as demais autoridades competentes, conforme os procedimentos oficiais de praxe.

É o relatório.

Bequimim/MA, 20 de outubro de 2015.

